

Terminologia versus Neologismo

Ao ler o mais recente número (4/VII) da revista da ABPol, sinto-me compelido a manifestar minha opinião pessoal sobre uma controvertida questão que aflige a todos aqueles que, por dever de ofício, têm de confiar suas idéias e o resultado de seu trabalho ao papel: a da relativa incapacidade de nosso vocabulário para expressar os novos conceitos com que nos defrontamos a todo instante, face à contínua expansão das fronteiras do conhecimento.

Nada tenho contra a criação de novas palavras, ou ao empréstimo (adaptado ou simplesmente copiado) de neologismos estrangeiros, para conceitualizar novas idéias. A recente distinção entre as palavras que exprimem atos e aquelas que exprimem qualidade (por ex., *adequação* e *adequabilidade*) foi uma inovação necessária em nosso idioma. Da mesma maneira, a criação da palavra *mídia* (diretamente metamorfoseada do inglês *media*) veio expressar uma idéia nova, mais específica do que o genérico *meios de comunicação*). E termos como *software* e *hardware*, hoje já dicionarizados nesta forma, exprimem idéias complexas, que não tinham anteriormente expressão simples.

Por outro lado, alguns neologismos são infelizes. Assistimos, há uns trinta anos, a tentativa de se macaquear o inglês, criando um neologismo (*estória*), para ser usado no lugar de *história*, numa situação específica. Os proponentes certamente nunca leram Wittgenstein, e a moda “não pegou”, subsistindo o dito neologismo até hoje meramente como uma jocosa vinheta histórica.

Por isso mesmo, é preciso um mínimo de cuidado para evitar que a criação de neologismos se torne redundante ou, mesmo, caia no ridículo. Exemplifico: um processo de usinagem de acabamento em cilindros de automóveis foi batizado, ainda na década de 20, nas indústrias Ford, com a designação *shaving*, palavra inglesa que significa escanhado. Tal designação foi adotada justamente pela analogia entre as operações do dito processo e o ato de fazer a barba. Nada mais natural que, com a chegada da indústria automobilística ao Brasil, se viesse a empregar a palavra escanhado para designar tal processo, e isso ocorreu em várias escolas de engenharia. Entretanto, no ambiente industrial, por desconhecimento da analogia refe-

rida, decorrente de limitações no conhecimento de inglês por parte de engenheiros e técnicos, surgiu (e, lamentavelmente subsiste até nossos dias) o estranho, mal-sonante e inexplicável aleijão *cheivamento* para designar o processo em pauta. A artificialidade e a carência de significado da palavra *cheivamento* em nosso idioma (até hoje, nem mesmo os sucessores de Aurélio, sempre sequiosos por uma novidade, a registram...) apenas refletem o “extraordinário” esforço intelectual requerido para produzi-la, a partir do inglês *shaving*.

Acho que, como atuantes na fronteira do conhecimento, como inovadores e como professores temos, todos, uma responsabilidade muito grande de garantir que os neologismos que sejamos compelidos a lançar ao vernáculo tenham significado preciso e sejam efetivamente necessários, desprovidos de artificialidade e não suscetíveis de interpretações ridicularizantes.

Celso Pedro Luft, o lingüística e dicionarista falecido há alguns anos, escreveu há mais de vinte anos atrás: “*Todos os professores são co-responsáveis pela linguagem de seus alunos. Não só pelo óbvio de ser o mestre um modelo para o discípulo, mas porque devem exercitar os alunos na linguagem específica da matéria*”

Por extensão, acho que somos igualmente responsáveis pelos rumos que toma a linguagem da matéria.

Esta carta é motivada justamente por estranheza em relação a dois neologismos com que deparei nas páginas da revista da ABPol.

O primeiro deles é o verbo *graftizar*, obviamente não dicionarizado, usado com relativa frequência em números anteriores da revista, para designar uma técnica de criação de copolímeros pelo enxerto de ramificações e determinadas posições da cadeia de um homopolímero. O neologismo em questão é uma adaptação simplista e irrefletida do verbo inglês *to graft*, que significa justamente enxertar. Ou seja: como no caso do *cheivamento* criou-se um termo novo, portanto desprovido de significado em português, pelo mero empréstimo do vocábulo inglês correspondente. Não se atinou para o fato de o termo inglês ter sido ele mesmo tomado de empréstimo à tecnologia agrícola em virtude de seu forte conteúdo analógico, que o tornava virtualmente auto-explicativo. E com isto se desprezou a inquestionável conveniência de uma

solução analógica e auto-explicativa em nossa língua. Não é preciso, com efeito, dizer muito mais, depois de se classificar um produto como sendo um co-polímero enxertado...

Já no mais recente número da revista, sete autores adotam simplisticamente, sem questionar, um novo neologismo, obviamente não dicionarizado: cantiléver... Se se tratasse de um conceito novo, até que talvez eu viesse a concordar com a proposição. Acontece que esta palavra é usada pelos sete autores para designar um elemento estrutural designado, na literatura inglesa, por cantilever. E este elemento estrutural já tem tradução estabelecida, consolidada e reconhecida na literatura técnica de nossa língua há pelo menos mais de um século. André Rebouças, o abolicionista, quando estudante de engenharia militar no Rio de Janeiro, a meados do segundo império, já a conhecia: viga (haste) em balanço, viga (haste) simplesmente engastada, haste engastada, conforme o contexto. E mais uma vez me questiono: por que rejeitar um termo reconhecido e auto-explicativo em favor de um aportuguesamento fajuto, artificial e desprovido (em português) de significado intrínseco, quando existem seculares alternativas castiças e precisas?

Há quase vinte anos atrás, quando apresentei um trabalho em um congresso, um cientista estrangeiro, o Dr. K. K. Chawla, então professor visitante no IME, alertou-me para o fato de que eu não estava respeitando uma terminologia (sobre compósitos) já estabelecida pela ABNT. A advertência calou fundo, e desde então tenho sido muito criterioso (chato, mesmo) a esse respeito.

Não seria o caso de o Comitê Editorial da revista "Polímeros: Ciência e Tecnologia" alertar autores sobre a importância de agir mais refletidamente ao cunhar neologismos, evitando soluções simplistas e artificiais? De determinar que o Conselho Editorial e consultores olhem mais detidamente para esta questão? De estabelecer debates

sobre questões específicas, inclusive pela abertura de um espaço próprio para esse fim no Congresso Brasileiro de Polímeros e outros promovidos pela ABPol? E de transmitir à ABPol, e esta à ABNT, sua preocupação no sentido de que uma eventual Terminologia Brasileira de Polímeros (se existir) mereça ser revista à luz de critérios mais críticos, ou estabelecida em bases racionais, que objetivem simplificar o processo de compreensão? Deixo estas questões como sugestões a serem consideradas e ponho-me, desde já, à disposição para cooperar.

Atenciosamente,
Arno Blass
Prof. Titular Aposentado
UFSC - Florianópolis, SC

Resposta do Autor

Gostaríamos de esclarecer que o termo cantiléver utilizado no artigo: *Microscopia de Varredura por Força: Uma Ferramenta Poderosa no Estudo de Polímeros*, não foi adotado aleatoriamente pelos autores do artigo, como sugere o leitor. Esta palavra consta em dicionários técnicos há mais de vinte anos (Eugênio Fürstenau, Dicionário de Termos Técnicos, 5ª edição, editora Globo, Porto Alegre, 1976). Além disso, não fica claro se o leitor conhece a metodologia a que se refere o artigo, para avaliar a importância do cantiléver para uma técnica que permite obter imagens de átomos e que está revolucionando a Ciência e a nanotecnologia. De qualquer forma, acreditamos ser, sem dúvida alguma, de grande valia para a comunidade técnico-científica de, por exemplo, uma comissão técnica junto a ABPol para a discussão e proposta de terminologias para a área de polímeros no Brasil, e nos colocamos à disposição.

Atenciosamente,
Paulo Sérgio de Paula Herrmann Jr.
Embrapa/Cnpdia (São Carlos), USP/IQSC (São Carlos)
e IBM (USA) - (pelos autores do artigo publicado)